



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS
SEÇÃO DE PORTARIA E SEGURANÇA

TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE EXTINTORES

1. OBJETO

Aquisição mediante dispensa de licitação de materiais permanentes para atender as necessidades de segurança do TRE/CE no quesito de combate a incêndios em imóveis e espaços ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado do Ceará.

2. MOTIVAÇÃO E FINALIDADE

- 2.1 Reposição de itens essenciais à segurança em caso de incêndios deflagrados em edificações e espaços ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado do Ceará, conforme normas específicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e do Corpo de Bombeiros do Ceará;
- 2.2 A finalidade é a de prover a Justiça Eleitoral do Ceará de material essencial ao efetivo combate a incêndios que porventura possam vir a ocorrer em imóveis e eventos deste Tribunal. De imediato, reportamos que o Evento chamado **Mutirão da Revisão Biométrica de Fortaleza**, a ser realizado no Centro de Eventos entre 04 de Novembro e 01 de Dezembro de 2019 requer aporte de extintores, independente do êxito da contratação de brigada de incêndio (Pad nº 11.609/19). Faz-se necessário ressaltar ainda que o procedimento usual de recarga dos extintores vencidos do TRE/CE encontra-se ainda em fase de cotação de preços para abertura de certame licitatório, conforme Pad nº 3646/2019, razão para suscitar que a presente aquisição ocorra mediante dispensa de licitação.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Descrição do Material	Especificação do Material	Qtde	Unid	Código CATMAT	Código SINAPI	Verificação da Amostra
Extintor de Água Pressurizada	Extintor portátil de pressurização direta, com carga de água e volume útil de 10 litros, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das Classes A (Resíduos Sólidos) com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm ² .	10	Un	391647	73775/2	Amostra ou Manual Detalhado / informação oficial do fabricante
	Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha externa e internamente.					
	Mangueira em borracha com trama de nylon.					
	Capacidade extintora 2A					

4. CRITÉRIO DE ESCOLHA

Será considerada vencedora a proposta que atender às exigências deste Termo de Referência e apresentar o menor valor global.

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O material deverá, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da comunicação, via e-mail, da nota de empenho em favor da CONTRATADA, conforme especificação, marca e preço registrados, ser entregue na Seção de Portaria e Segurança, localizada na Rua Jaime Benevolo, 21, Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60050-080, no horário de 13:00 às 17:00 horas.

5.2. A data e horário da entrega deverá ser previamente comunicada ao gestor do contrato, através do e-mail (sepos@tre-ce.jus.br) ou por telefone (85)3453-3755, com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência;

5.3. O material a ser entregue deverá atender rigorosamente às especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Conferir a adequação dos materiais ao previsto neste Termo de Referência;

6.2 Comunicar à CONTRATADA a emissão da Nota de Empenho - NE;

6.3 Informar à CONTRATADA, para as devidas correções ou substituição, caso constate alguma discrepância no material entregue em relação às especificações do presente Termo;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Apresentar proposta de preços, na qual conste seu CNPJ, devendo estar assinada pelo seu representante legal e ainda, devendo constar a descrição do objeto de forma detalhada, fazendo menção a este Termo de Referência;

7.2 Entregar o material dentro das especificações exigidas neste instrumento, obedecendo ao prazo e demais condições de entrega;

7.3 Confirmar o recebimento da transmissão da Nota Empenho, via e-mail;

7.4 Entregar os materiais no prazo estipulado no item 5.1;

7.5 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, inclusive o transporte dos equipamentos;

7.6 Descarregar o material no local de entrega, com pessoal suficiente para que seja realizado em tempo razoável;

7.7 Prestar todo e qualquer esclarecimento, quando solicitado pelo Gestor do Contrato ou seu suplente;

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Após a emissão da apólice, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de recibo, conforme as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) que serão efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

8.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, com o recibo a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias;

8.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012;

8.4. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar adimplente com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – (CRF/CEF), com a Fazenda Nacional (certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), com os débitos trabalhistas (CNDT).

9. SANÇÕES PARA CASOS DE INADIMPLEMENTO

9.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 1% (um por cento) sobre o valor global estimado, por dia corrido de atraso injustificado no cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento);
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global estimado em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da lei n.º 10.520/2002.

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

9.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.4. As sanções estabelecidas nos itens 10.2.a, 10.2.e, 10.2.f e 10.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 10.2.c e 10.2.d, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

9.5. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

9.6. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada à CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9.7. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicadas resumidamente no Diário Oficial da União.

10. VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União até o dia 31 de dezembro de 2019, tendo início e vencimento em dias de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Após o recebimento do material, o mesmo será submetido à análise do gestor do contrato a fim de que seja verificada sua concordância com as especificações técnicas exigidas.

11.2 Após a análise, estando o material dentro das especificações solicitadas, será dado o aceite do recebimento e consequente certificação da nota fiscal da contratada pelo gestor do contrato.

11.3 O gestor designado para fiscalizar o contrato será o servidor Leonardo de Oliveira Siqueira Telles e como suplente o servidor Luis Eduardo Lício Miranda Rodrigues Lima;

11.4 As eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail: sepos@tre-ce.jus.br, ou pelo telefone: (85) 3453-3755.

De acordo,

SAD, ____/____/____

Leonardo de Oliveira Siqueira Telles
Gestor

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretário de Administração